

# Líderes do Centrão aprovam proposta de Saulo para antecipação da votação

Lula Marques - 30. Nov. 87

JOSIAS DE SOUZA

Secretário de Redação da Sucursal Brasília

Alguns dos principais líderes do Centrão (grupo suprapartidário) aprovaram ontem, em entrevistas dadas à Folha, a proposta formulada pelo consultor-geral



da República, Saulo Ramos, para antecipar a votação do mandato do presidente Sarney no plenário do Congresso constituinte. "Essa é a fórmula mais viável de compatibilizar os interesses do Palácio do Planalto com as dificuldades regimentais", disse o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ). "Me parece a fórmula jurídica mais adequada para se apressar a votação do mandato", afirmou, no mesmo tom, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). "Na minha opinião, o assunto merece ser discutido", completou o senador José Lins (PFL-CE).

A proposta de Saulo Ramos prevê que a votação das "Disposições Transitórias" do texto da nova Constituição, prevista apenas para o final dos trabalhos do Congresso constituinte, passaria a ser feita simultaneamente à votação das disposições permanentes. Deste modo, logo depois de aprovar o prazo de duração do mandato dos próximos presidentes da República, no título da "Organi-



O deputado federal Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos coordenadores do Centrão

zação dos Poderes e do Sistema de Governo", os parlamentares votariam o trecho das "Disposições Transitórias" que trata do mandato de Sarney. A regra valeria para todos os demais assuntos que tiverem artigos correlatos nas disposições transitórias e permanentes.

Segundo Cardoso Alves, há dentro do Centrão "algumas poucas pessoas contrárias à tese dos cinco anos", que poderiam se opor à proposta de Saulo Ramos. Mas "a grande maioria é a favor" e, portanto, tende a aprovar a idéia do consultor-geral da

República. Tanto Daso Coimbra como Cardoso Alves disseram que a fórmula de Saulo já chegou a ser discutida entre os integrantes do "Centrão". José Lins foi o menos enfático dos três. Mostrou-se favorável à discussão da proposta — "há várias vantagens em se fazer certas antecipações" —, mas não quis fazer qualquer comentário sobre as chances de sua aplicação prática. Para Cardoso Alves, a definição deste assunto "traria uma certa descompressão sobre a Constituinte, acelerando o ritmo dos trabalhos".

## Ulysses acha proposta de Saulo aceitável

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, admitiu ontem, às 16h20, em Brasília, a possibilidade de se viabilizar a proposta do consultor-geral da República, Saulo Ramos, que antecipa a votação do mandato do presidente Sarney no plenário do Congresso constituinte, desde que haja "um entendimento entre as lideranças dos partidos".

Ulysses disse ainda que a fórmula apresentada por Saulo Ramos, de que as "Disposições Transitórias" da nova Constituição sejam votadas simultaneamente com as disposições permanentes, tem as mesmas dificuldades jurídicas de outras propostas já apresentadas, ou seja, "ela tem a dificuldade no regimento da Constituinte que diz que deve-se votar cada capítulo pela ordem além de proibir sua antecipação".

Ulysses afirmou que a idéia é "válida" mas só poderá se tornar realidade com um entendimento entre todas as lideranças políticas do Congresso constituinte.

## Para Prisco, Constituinte gera desestabilização

Da Sucursal de Campinas

O ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, disse ontem em Limeira (150 km a noroeste de São Paulo) que o Congresso constituinte é um "elemento de desestabilização do país", em função do atraso em suas definições. "O processo está lento. É importante que haja um esforço para decidir logo, sobretudo o mandato do presidente da República. O presidente necessita de estabilidade política para governar e enquanto esta decisão não é dada temos dificuldades na área política", disse.

Prisco Viana esteve de manhã em Limeira participando da assinatura de convênio entre o governo de São

Paulo e a Caixa Econômica Federal (CEF) para instalação de distritos industriais no interior do Estado. Em discurso para uma platéia formada por cerca de 160 prefeitos, o ministro afirmou que "há muitas gente interessada em desestabilizar o presidente e o governo e criar condições de ingovernabilidade para tirar proveito político pessoal".

Prisco disse que a antecipação da votação do mandato presidencial será útil para a própria Constituinte: "O mandato é um elemento de radicalização, polarização e até mesmo paralisação da Constituinte. Acho que seria muito útil se antecipássemos a votação da questão do mandato e sistema de governo para dar à Constituinte tranquilidade para

resolver as questões que realmente importam ao país."

O ministro afirmou que cor ou sem antecipação será aprovado o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. De Limeira, o ministro seguiu para Campinas (100 km a noroeste de São Paulo), onde participou às 16h, da inauguração do sistema produtor de água do rio Capivari.

A assinatura de um convênio entre o Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (Badesp) e a Caixa Econômica Federal (CEF) se transformou em uma grande festa política do governador Oréstes Quéricia. A cerimônia contou com a presença de seis secretários de Estado, 11 deputados estaduais e 3

federais, cerca de 160 prefeitos, do ministro Prisco Viana e do ministro das Relações Exteriores de Cuba, Isidoro Malmierca.

Entre as várias faixas de saudação ao governador, a de Catanduba chamava Quéricia de futuro presidente da República.

Aplaudido de pé antes e após seu discurso, Quéricia enumerou as obras que tem feito no interior. Nas tumultuadas entrevistas que deu, o governador apoiou a tese de antecipação da votação do mandato do presidente Sarney, que, segundo ele, daria mais tranquilidade ao governo. Ele afirmou ser "natural" a candidatura do prefeito Jânio Quadros à Presidência, mas disse que só defenderia seu nome se ele entrasse no PMDB.

## Acordo sobre estabilidade pode sair

Da Sucursal de Brasília

Os dois principais grupos suprapartidários do Congresso constituinte, o Centrão e o "Grupo dos 32", chegaram ontem a duas alternativas que podem levar a um acordo para a votação conjunta da estabilidade no emprego do projeto de Constituição. Os grupos já fizeram acordo para votação do preâmbulo e do Título I ("Dos Princípios Fundamentais"), prevalecendo o texto das emendas do Centrão.

Segundo os deputados José Lins (PFL-CE), do Centrão, e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), do "Grupo dos 32", as alternativas são a recuperação do texto do Cabral 1, que prevê a proteção do trabalhador contra a demissão imotivada, nos termos da lei e a emenda do deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), que segundo Sandra tem mais chances.

A emenda prevê pagamento de indenização de 50% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço —FGTS— (atualmente são 10%) "nos casos de despedida imotivada ou sem

justa causa, nos termos da lei complementar". A indenização seria paga até que o dispositivo seja regulamentado pela legislação ordinária.

A proposta original do Centrão é de que a indenização corresponda a um salário para cada ano trabalhado, mas o deputado José Lins disse que o Centrão está disposto a ceder para que se chegue a um acordo.

Outro item que ainda está sendo discutido pelos dois grupos é a imprescritibilidade dos direitos trabalhistas. A tendência é de que seja feito um acordo para aprovação da emenda do senador Gerson Camata (PMDB-ES), que fixa em cinco anos o prazo para o trabalhador reclamar seus direitos na Justiça e dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

Sobre o preâmbulo, Sandra Cavalcanti disse que há um consenso de que a emenda do Centrão "é boa". O preâmbulo do Centrão condensa a proposta da Comissão de Estudos Constitucionais presidida pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ).